

6. Considerações finais

A pesquisa sobre a supervisão de estágio e o processo de trabalho do assistente social indicou que há uma inquietude sobre a compreensão da supervisão de estágio em Serviço Social inserida no processo de trabalho do assistente social, que se verifica no espaço acadêmico dos cursos de Serviço Social e no plano da produção de conhecimento, pela escassez de estudos que considerem a supervisão de estágio como parte do processo de trabalho do assistente social.

Conforme indicado por esta dissertação, no seio da academia, no próprio meio acadêmico em que se acha a “intelectualidade” do Serviço Social, ainda existem polêmicas não resolvidas, no plano teórico, sobre a consideração do Serviço Social como trabalho, o que torna atual e legítima uma investigação sobre o tema. Nesse sentido, procurei demonstrar que a categoria trabalho possui notável poder heurístico, podendo ser considerada como categoria central do ser social, ao ser apreendida com base no referencial teórico marxista.

Os anos de 1980 e de 1990 sinalizaram a ruptura teórica assumida pelo Serviço Social, a partir da influência da teoria social de Karl Marx. Esta teoria trouxe para a categoria uma outra maneira de investigar e entender a realidade, explicitando as suas contradições. Essa posição contribuiu para a construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social, que passou a orientar socialmente a profissão para a defesa intransigente de direitos e a busca por uma sociedade mais justa e igualitária, e, além disso, a considerar a profissão como partícipe da divisão social do trabalho, considerando o assistente social como trabalhador assalariado.

Essa postura teórica adotada pelo Serviço Social trouxe, portanto, elementos para o entendimento da categoria profissional, quanto à sua condição de trabalhador assalariado. Esses elementos, por sua vez, demonstram que o assistente social está submetido às implicações que qualquer outro trabalhador está sujeito, ainda que dentro das especificidades da profissão, como a precarização do trabalho; a exploração; salários indignos; trabalho informal com remuneração aviltante; demissões injustas; dentre tantas outras que dão sustentação ao lucro

excessivo pela concentração de renda e a exploração, vivenciada no modo de produção capitalista.

Parti da hipótese de que um dos fatores do amadurecimento da reflexão sobre o Serviço Social tem como referência o atual debate acerca da relação entre trabalho e prática profissional. Essa é uma discussão que surge no interior da profissão, com o processo de reforma do currículo de seus cursos universitários na década de 1990 e com a implementação da nova diretriz curricular, em 1996. Assim, pensar o Serviço Social como trabalho implica delimitar sua peculiaridade e, portanto, definir sua identidade na relação com o sistema produtivo.

Contudo, embora o Serviço Social se encontre com características e condições diferentes da sua gênese, marcadas especificamente pelo seu Projeto Ético-Político, no contexto atual ainda existem aspectos que reproduzem a lógica da sua constituição como profissão. Em vista disso, têm se desenvolvido, junto à categoria, várias tentativas de romper, ou minimamente se distanciar, dos aspectos que marcaram sua origem, conforme apontado pela bibliografia utilizada.

A investigação realizada nesta dissertação apresentou alguns dados que comprovam aspectos vivenciados pela profissão, e que merecem atenção e tratamento para que possam se constituir em elementos capazes de proporcionar a compreensão do Serviço Social como trabalho e da supervisão de estágio como parte do processo de trabalho do assistente social, como estratégia para a efetivação do estágio e da supervisão nos moldes defendidos pelas diretrizes curriculares de 1996 e 1999 e para a consolidação do Projeto Ético-Político da profissão.

A pesquisa realizada foi orientada, sobretudo, pelo entendimento de que as mudanças vivenciadas pelo mundo do trabalho, decorrente do processo de reestruturação do capital e de minimização do Estado no trato da questão social estão afetando o trabalho do assistente social. Essas mudanças vêm viabilizando transformações na sociedade, fazendo emergir novas formas de gerir o trabalho, assim como novas condições de vida. Por essas razões, parti da hipótese de que tudo isso resulta em profundas alterações na demanda pelo trabalho do assistente social, bem como nas condições em que a sua prática profissional irá se realizar.

Diante dessas mudanças que se configuram como desafios para a atuação do assistente social que pretende ter como norte os ideais do Projeto Ético-Político

da profissão, no cotidiano das instituições, observa-se que os assistentes sociais, muitas vezes, vêm exercendo atribuições que acabam por reforçar a ideologia do sistema capitalista, respondendo, especialmente, aos interesses e objetivos institucionais. No entanto, em termos de objetivos profissionais, percebe-se a consciência de interesses antagônicos, pois o assistente social, ao dedicar a sua prática para fortalecimento dos objetivos institucionais, o faz em detrimento dos objetivos do Projeto “hegemônico” defendido pela categoria profissional. Soma-se a isso o questionamento da posição de profissionais que encararam os limites e as restrições da instituição como algo irreversível, frente aos quais não se pode fazer nada.

Sobre esse aspecto, Iamamoto (2005) afirma que o Serviço Social no Brasil, embora regulamentado como profissão liberal, não tem uma tradição de prática peculiar às profissões liberais na definição corrente do termo. Assim, para a autora, a análise social da profissão e da atuação profissional do assistente social não pode limitar-se a considerá-lo desvinculado das instituições na qual a sua ação irá incidir.

Por outro lado, não se pode deixar de considerar o Serviço Social como uma profissão de caráter sócio-político, crítico e interventivo, que se utiliza de instrumental científico multidisciplinar, advindo das Ciências Humanas e Sociais, para análise e intervenção nas diversas refrações da “questão social”, ou seja, no conjunto de desigualdades que se originam do antagonismo entre a socialização da produção e a apropriação privada dos frutos do trabalho. Inserido nas mais diversas áreas (saúde, previdência, educação, habitação, lazer, assistência social, justiça, etc.) com papel de planejar, gerenciar, administrar, executar e assessorar políticas, programas e serviços sociais, a intervenção do assistente social se estabelece com base nas relações entre os homens, no cotidiano da vida social, por meio de uma ação global de cunho sócio-educativo e de prestação de serviços.

A profissão surgiu no Brasil na década de 1930. O curso superior de Serviço Social foi oficializado no país pela Lei nº 1889, de 1953. Em 27 de agosto de 1957, a Lei 3252, juntamente com o Decreto 994 de 15 de maio de 1962, regulamentou a profissão. Em virtude das mudanças ocorridas na sociedade e no seio da categoria, um novo aparato jurídico se fez necessário de forma a expressar os avanços da profissão. Hoje, a profissão encontra-se regulamentada pela Lei

8662 de 07 de junho de 1993, que legitima o Conselho Federal de Serviço Social e os Conselhos Regionais. E, fundamentalmente, define em seus artigos 4º e 5º, respectivamente a competência e as atribuições privativas do assistente social.

Além da Lei de regulamentação da profissão, contamos também com o Código de Ética Profissional que veio se atualizando ao longo da trajetória profissional. Em 1993, após um rico debate com o conjunto da categoria em todo o país ao longo dos anos de 1980 e 1990, foi aprovada a quinta versão do Código de Ética Profissional, instituída pela Resolução 273/93 do CFESS.

O Código de Ética representa a dimensão ética da profissão, tendo caráter normativo e jurídico. Esse Código delinea parâmetros para o exercício profissional, define direitos e deveres dos assistentes sociais, buscando a legitimação social da profissão e a garantia da qualidade dos serviços prestados. Ele expressa a renovação e o amadurecimento teórico-político do Serviço Social e evidencia, em seus princípios fundamentais, o compromisso ético-político assumido pela categoria.

No entanto, percebe-se que a ética profissional do Serviço Social foi construída e desenvolvida nas relações complexas entre as demandas socioeconômicas e ideoculturais e nas possíveis escolhas pelas práticas ético-morais, o que permite identificar nessas ações a diversidade, a mutabilidade e a contraditoriedade, em sua perspectiva.

Nesse sentido, podem existir contradições na atuação profissional do assistente social, na medida em que, no campo das escolhas práticas em seu cotidiano profissional, é possível reproduzir ou não os valores morais atrelados ao conservadorismo. Tal fato pode estar relacionado ao direcionamento dado à formação profissional do assistente social.

A ética profissional do Serviço Social tem como base filosófica o marxismo, incorporada na discussão teórica e metodológica da profissão nos anos de 1980. No entanto, essa posição ética conquistada pela profissão, atravessa interesses contraditórios e, por vezes, conflituosos, uma vez que o conhecimento filosófico marxista não vem sendo o único referencial que fundamenta as escolhas éticas. Encontram-se ligadas a ele visões de mundo incorporadas socialmente pela educação moral e primária e por outras instâncias educativas, tais como os meios de comunicação, as religiões, os partidos políticos, os movimentos sociais etc.

Além disso, ao analisar o projeto ético-político do Serviço social, especificamente os onze princípios fundamentais, percebo que existe uma contradição, pois tem como um de seus princípios a garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais existentes e suas expressões teóricas. Tal questionamento parte do princípio da construção deste código de ética, que se fundamentou na corrente teórica marxista, ou seja, propondo-se a desvinculação com o projeto de atuação profissional baseado em análises filosóficas tidas como conservadoras.

Com base nessa questão, considero que a consolidação dos princípios éticos defendidos pela profissão, vem a partir dos conhecimentos e crítica sobre as questões imediatas que se encontram no campo da prática. Essa posição permite superar normas, preconceitos dominantes e regras que são, cotidianamente, reproduzidas acriticamente. Por isso, é preciso considerar, também, que a ética profissional vai além da afirmação de compromissos firmados no âmbito formal. Uma posição profissional ética exige, também, conhecimento. Conhecimento que deve ser adquirido em uma formação profissional sólida, que se referencie em princípios que proporcionem ao futuro profissional uma visão ampla sobre a realidade e que contribua para o rompimento de uma visão profissional endógena, não no sentido de perder de vista as particularidades da profissão, mas, ao contrário, iluminá-la com conhecimentos para apreender a profissão na história da sociedade da qual faz parte e as imposições postas por ela. Nesse sentido, o processo de ensino-aprendizagem deve se articular com os princípios norteadores do Código de Ética profissional de 1993 e com as Diretrizes Curriculares de 1996 e 1999.

Pelas razões apresentadas, num contexto de mudanças socioeconômicas no mundo do trabalho e de desafios para a consolidação do Projeto Ético-Político do Serviço Social, a categoria profissional deve ser levada a repensar as suas referências tradicionais, para criar estratégias que possam responder aos novos desafios que surgem.

Busquei demonstrar que o principal desafio para o assistente social, nessa nova configuração da realidade, consiste em se apresentar como uma profissão qualificada para contribuir com respostas às questões imediatas que se apresentam, mas que, ao mesmo tempo, não perca o seu caráter propositivo, a sua

visão crítica, no sentido de romper com o imediatismo, estabelecendo ações consistentes com base em princípios éticos que tenham como perspectiva a promoção da cidadania.

Sendo assim, os resultados trazidos pela pesquisa, em face da complexidade e da dinâmica da realidade, indicam que a profissão de Serviço Social passa agora por nova configuração histórica, seguida de transformações em seu processo de trabalho e no perfil dos espaços de atuação, oriundos das mudanças na esfera do trabalho e da relação entre Estado e sociedade civil. Essas modificações recentes têm sua origem nas políticas de corte neoliberal, especialmente na década de 1990, no que se refere ao Brasil, quando o mesmo passou a vivenciar a privatização dos principais serviços sociais antes subsidiados pelo Estado.

Dessa forma, as reflexões construídas, a partir dos dados coletados, sinalizam que a forma como a profissão vem se estruturando, seguida das mudanças ocorridas no mundo do trabalho e dos desafios que os profissionais encontram para o exercício da profissão, vem causando impactos na condução do estágio e no processo de supervisão. Tais indicadores levam a considerar que os cursos de Serviço Social precisam repensar as referências tradicionais do estágio e da supervisão, que porventura estejam condicionadas somente ao “ensino da prática”, ao “saber fazer” da profissão, tomando como base as diretrizes curriculares de 1996 e 1999, que trazem, justamente, os subsídios para o rompimento com a formação profissional tradicional, mediante a consideração da articulação entre teoria e prática na atuação e na formação profissional do assistente social, para responder aos novos desafios.

Os elementos apontados sugerem, também, mudanças para a organização da formação profissional do assistente social, especificamente no que se refere ao estágio e à supervisão, que agora precisa considerar, ainda, as mudanças que ocorrem no mundo do trabalho, uma vez que o estágio e a supervisão são elementos presentes no processo de trabalho do assistente social.

Com base nessas considerações, a organização do estágio e da supervisão, bem como da formação profissional em seu conjunto, passa, então, a exigir uma renovação na sua condução para que se possa formar profissionais qualificados não só teórica e metodologicamente, mas ética e politicamente, para enfrentar os

problemas com que irão se deparar no cotidiano profissional, tendo em vista os novos contornos da questão social e os objetivos institucionais de sua atuação.

A partir disso, e de acordo com a abordagem utilizada e os resultados obtidos, o presente trabalho pode oferecer alguns elementos para a reflexão da formação profissional do Serviço Social. O estudo sobre a supervisão de estágio e do processo de trabalho dos supervisores das unidades campo de estágio do curso de Serviço Social da PUC-Rio ratificaram que o problema da formação não está, especificamente, na condução do estágio, mas sim na consolidação das diretrizes curriculares de 1996 e 1999 e do Projeto Ético-Político do Serviço Social que, frente às modificações do mundo do trabalho, encontra desafios para a sua efetivação. Acredita-se que tais desafios se colocam em razão do envolvimento de sujeitos diferenciados que vivenciam tais transformações e que a elas nem sempre vêm se opondo ou resistindo.

A organização do estágio e da supervisão do curso de Serviço Social da PUC-Rio parecem não estar atentos às transformações que ocorrem no mundo do trabalho e de seus reflexos no processo de trabalho do assistente social, tanto no que diz respeito à formação profissional do aluno-estagiário, como na própria ausência da articulação entre o estágio e a supervisão com o processo de trabalho do assistente social supervisor.

Observa-se que tanto o aluno-estagiário como o assistente social supervisor da unidade campo de estágio vêm sendo afetados, pois se encontram vinculados a objetivos diferenciados. A unidade acadêmica tem como objetivo a viabilização da produção de conhecimentos e vem se organizando de forma a privilegiá-lo. Já a unidade campo de estágio enfatiza a prestação de serviços, com um conjunto de atividades que se organizam com esse objetivo e com essa finalidade. Não foi observado, no decorrer da pesquisa, um ponto de articulação ou de convergência entre os aspectos destacados que, embora sejam os elementos preponderantes em cada uma das instâncias analisadas, não mantêm diálogo entre as atividades específicas que desempenham, ao tratarem o ponto comum, ou seja, o estágio supervisionado e, nesse contexto, o processo de supervisão.

No que se refere às ações realizadas pelo curso de Serviço Social da PUC-Rio para se articular com os campos de estágio, o estudo demonstrou que a sua relação se dá de forma desvinculada da supervisão desenvolvida no espaço

institucional, pois embora possuam atividades como os fóruns de supervisores, isto não vem contemplando os princípios estabelecidos para a organização do estágio e da supervisão pelas diretrizes curriculares da ABEPSS de 1996 e 1999, pela resolução nº 533 de 1 de outubro de 2008, que regulamenta a supervisão de estágio em Serviço Social e pela própria Política Nacional de estágio da ABEPSS, que se encontra em construção. Tal fato contraria a perspectiva da unidade, no processo de supervisão, entre espaço acadêmico e instituição campo de estágio.

A partir das informações apresentadas na presente pesquisa, há indícios de que o problema mais grave a ser enfrentado é o da consolidação do Projeto-Ético político do Serviço Social. Esse se encontra ligado ao direcionamento dado pelos assistentes sociais a sua atuação profissional e aos princípios seguidos em seu processo de formação profissional. No caso da supervisão de estágio, os desafios da consolidação de seus objetivos passam por essas duas questões.

As informações obtidas neste estudo demonstram que o problema da formação profissional do assistente social não está estruturalmente determinado pela organização do estágio e da supervisão, mas pela própria consolidação das diretrizes curriculares e do Projeto Ético-Político do Serviço Social, causado pela heterogeneidade de perspectivas teóricas e direcionamentos que vêm sendo dados à formação profissional e que trazem barreiras para a sua efetivação.

A hipótese central desse estudo considerou as modificações ocorridas no mundo do trabalho na sociedade capitalista, oriundas da reestruturação produtiva, e seus rebatimentos na organização e inserção do assistente social em processos de trabalho, como trabalhador do setor de serviços, na perspectiva de articular estas questões com a organização do estágio e da supervisão defendida pelas diretrizes curriculares da ABEPSS de 1996 e 1999, pela resolução nº 533 e pela Política Nacional de estágio. Assim, procurei examinar mais minuciosamente as estratégias adotadas pelo curso de Serviço Social da PUC-Rio, a sua articulação com os campos de estágio e a organização do estágio e da supervisão.

A pesquisa de campo foi feita com oito (8) dos trinta e cinco (35) campos de estágio, com o objetivo de conhecer como a supervisão de estágio se insere no processo de trabalho do assistente social. A partir disso, e de acordo com o observado neste estudo, verificou-se que o estágio e a supervisão vêm enfrentando desafios que vão além da organização do processo de trabalho do assistente social.

Ou seja, os desafios encontram-se também na própria formação profissional do assistente social supervisor e na organização do estágio e da supervisão pelas unidades acadêmicas. Tais considerações partem do princípio que estes impactos não vêm atingindo somente, e em particular, o curso de Serviço Social da PUC-Rio, pois nem todos os supervisores haviam se formado por esta instituição, além de não supervisionarem somente estagiários originários desta Instituição de Ensino Superior.

Cabe ressaltar que não considero o campo de estágio como o único espaço privilegiado para que o aluno exercite o seu “futuro” papel e no qual sua identidade profissional é construída e referida, e nem como espaço exclusivo de articulação entre teoria e prática, conforme já ressaltado no presente estudo. Contudo, considero o estágio como elemento essencial para a formação do assistente social. Portanto, entendo ser necessário incluir de alguma forma o diálogo entre alunos, docentes, supervisores de estágio e a realidade histórica da sociedade nos projetos pedagógicos dos cursos de Serviço Social e, em especial, com para os agentes profissionais que se dedicam à supervisão de estágio.

A percepção dos assistentes sociais supervisores dos estagiários do curso de Serviço Social da PUC-Rio quanto ao estágio e à supervisão é bastante polêmica. No que diz respeito ao estágio e à supervisão, para alguns ela se encontra como ajuda para formar o futuro profissional. Para outros, como troca de experiência. Uma terceira posição, a considera como aprendizagem da realidade institucional e como dimensão pedagógica da profissão.

Para o curso de Serviço Social da PUC-Rio a supervisão de estágio é considerada como momento ímpar do processo de ensino-aprendizagem, como elemento síntese na relação teoria e prática, na articulação entre e pesquisa e intervenção profissional, e que se consubstancia como exercício teórico-prático, mediante a inserção do aluno nos diferentes espaços ocupacionais das esferas públicas e privadas, com vistas à capacitação profissional, conhecimento da realidade institucional, problematização teórico-metodológica, elaboração e implementação de plano de intervenção do estagiário, discussão teórico-metodológica e utilização do instrumental técnico-operativo do Serviço Social, pertinentes ao campo específico da ação, sob a supervisão direta do profissional

assistente social atuante na instituição onde se realiza o estágio e pelo professor assistente social vinculado ao Departamento de Serviço Social da PUC-Rio⁷⁹.

Diante do exposto, percebe-se que existem diferentes visões no que diz respeito ao estágio e à supervisão, que se encontram inter-relacionadas no processo de formação profissional do aluno-estagiário do curso de Serviço Social da PUC-Rio. Se há riscos para a formação profissional do futuro assistente social, a partir do distanciamento da base de sua formação, que deve ser guiada pelas diretrizes curriculares da ABEPSS de 1996 e 1999, por outro lado, a fragilidade ainda existente em conjugar esforços junto aos assistentes sociais que desenvolvem a supervisão de estagiários, para a efetivação dos princípios a serem seguidos para a formação profissional do assistente social, pode levar a manutenção dos princípios conservadores da profissão e a perda dos avanços alcançados pela categoria profissional, contribuindo, assim, para a não consolidação do Projeto Ético-Político do Serviço Social.

O presente estudo buscou problematizar aspectos ainda pouco explorados para o debate sobre o tema supervisão de estágio em Serviço Social e suas implicações para o projeto ético-político da profissão, a partir da análise da sua configuração no processo de trabalho dos assistentes sociais na contemporaneidade. Assim, a partir do estudo empreendido, com base nos documentos analisados e nas entrevistas realizadas com os assistentes sociais supervisores de estágio, ficou clara a importância da formação teórico-metodológica e ético-política que possa levar à qualificação necessária, para estabelecer o domínio do “fazer profissional”.

Contudo, o estudo indica outros aspectos relevantes para uma melhor compreensão do papel do estágio e da supervisão no processo de formação profissional do assistente social. Um dos aspectos a ser ressaltado diz respeito à discussão sobre a instrumentalidade do trabalho do assistente social, com base no entendimento da necessidade de busca de clareza profissional, quanto às possibilidades de sua atuação, em meio às transformações socioeconômicas adotadas pelo sistema capitalista em seu processo de recomposição. Outro ponto

⁷⁹ Estes dados se encontram na política de estágio do curso de Serviço Social da PUC-Rio, inserida em seu Projeto Pedagógico.

significante é o aprofundamento do estudo do Serviço Social como trabalho e inserido como profissão no setor de serviços.

É no desenvolver desse debate que ganha relevo a tentativa de formulação de estratégia teórica e prática para o fortalecimento da atuação e do processo de formação profissional do assistente social: a recusa de formar um profissional somente pelo ponto de vista técnico operacional; a busca de maior proximidade com a análise sócio-histórica da profissão, a partir do entendimento dos interesses de sua requisição e dos avanços obtidos pela profissão, consolidados nos anos de 1990, com a implementação da Lei de regulamentação da profissão (Lei 8662/93), do Código de Ética de 1993 e das Diretrizes Curriculares de 1996 e 1999, que trouxeram um direcionamento tanto para a atuação do assistente social, como para o processo de formação profissional no Serviço Social.

É também importante informar sobre as limitações enfrentadas no decorrer desta pesquisa e dissertação. A primeira limitação diz respeito à elaboração da amostragem, devido ao número de campos de estágios. Conforme já explicitado na introdução, existiam trinta e cinco (35) campos de estágio em 2009.1, o que tornou impossível entrevistar todos os assistentes sociais supervisores do curso de Serviço Social da PUC-Rio em razão do tempo disponível para a realização do estudo. Por isso, neste trabalho, limitei-me a entrevistar oito (8) supervisores de estágio, contemplando assistentes sociais que se encontravam inseridos em instituições públicas e privadas, além de instituições do terceiro setor, com desenvolvimento de políticas sociais setoriais distintas.

Uma outra limitação refere-se ao fato de que a pesquisa foi realizada somente em um curso de Serviço Social da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, onde se encontram um total de 23 cursos de Serviço Social⁸⁰, oferecidos tanto por instituições acadêmicas públicas como privadas. Talvez essas instituições estejam atravessando os mesmos desafios e sofrendo os mesmos impactos para a organização do estágio e da supervisão que o curso de Serviço Social da PUC-Rio. Seria, portanto, interessante investigar como outras instituições vêm tratando o estágio, a supervisão e a formação profissional do assistente social; o que trazem em seu Projeto Pedagógico; como se organiza a sua

⁸⁰ Informação obtida no site da ABEPSS: www.abepss.org.br. Contudo, de acordo com a listagem obtida junto à secretaria do CRESS (Conselho Regional de Serviço Social) 7ª região – RJ, no dia 27 de abril de 2009, o Rio de Janeiro possui 15 unidades de ensino de Serviço Social.

Política de Estágio; se estão baseando a formação profissional nos princípios estabelecidos pelas diretrizes curriculares de 1996 e 1999 e no Projeto Ético-Político do Serviço Social, expresso no Código de Ética de 1993; como vêm organizando a condução do estágio e da supervisão a partir da resolução nº 533 e da Política Nacional de estágio que vem sendo construída pela ABEPSS.

Assim, mesmo com as limitações encontradas, esta pesquisa além de apresentar dados atuais sobre o problema da articulação da supervisão com o processo de trabalho dos assistentes sociais, também incitou questões para futuras pesquisas.

Dessa forma, para avançar na discussão sobre a supervisão de estágio e o processo de trabalho do assistente social e, a partir das questões abordadas neste estudo – que buscam analisar as mudanças que ocorrem no mundo do trabalho e no processo de consolidação do Projeto Ético-Político da profissão, procurando compreender seus reflexos para a supervisão de estágio – torna-se necessário verificar qual é o posicionamento das unidades de ensino da região leste, por exemplo, frente a essas transformações e como a organização do estágio e da supervisão vem sendo realizada por esse coletivo. Será que todas as unidades acadêmicas da região leste vêm considerando tais mudanças e sua influência na organização do estágio e da supervisão? Será que vêm pautando a organização do estágio e da supervisão nos princípios estabelecidos pela Resolução nº 533 e na Política Nacional de Estágio da ABEPSS, que se encontra em construção? Esses são alguns dos aspectos que considero fundamentais para o amadurecimento dessa análise, visto que esse é um problema de grande complexidade.